



**PODER JUDICIÁRIO DE RHODE ISLAND
ESCRITÓRIO ADMINISTRATIVO DOS TRIBUNAIS
ESTADUAIS**

PLANO DE ACESSIBILIDADE DE IDIOMAS

Em vigor em 1 de abril de 2014

Em cooperação com o
Rhode Island Supreme Court Language Access Committee (Comitê de Acessibilidade de Idiomas do
Supremo Tribunal de Rhode Island)

Índice

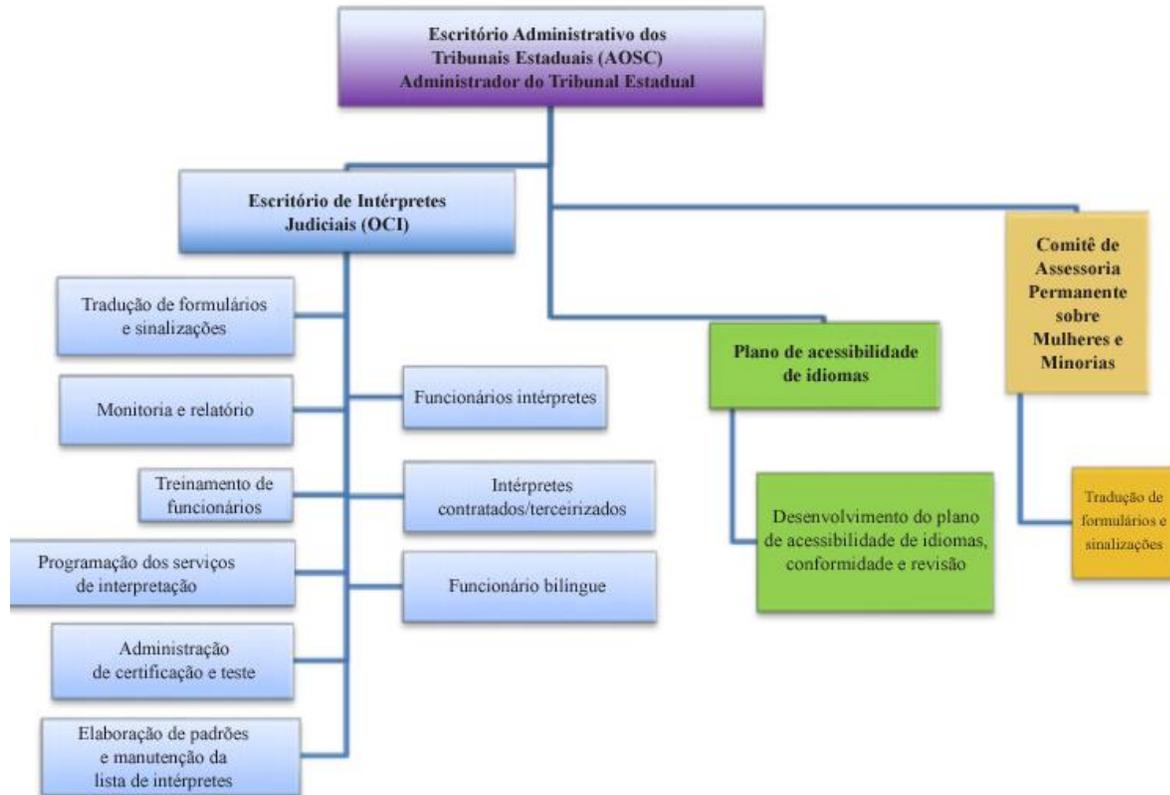
II. Avaliação das necessidades	4
A. Necessidades.....	4
B. Aviso	5
C. Dados de idiomas.....	6
III. Recursos de Assistência em Idiomas.....	7
A. Tipos de Assistência em Idiomas.....	7
1. Funcionários intérpretes.....	7
2. Funcionários bilíngues	7
3. Intérpretes contratados/terceirizados	7
B. Uso dos Recursos de Assistência em Idiomas	7
1. Funcionários bilíngues e intérpretes utilizados em operações do tribunal	8
2. Intérpretes usados durante processos judiciais.....	9
C. Qualificações do intérprete do tribunal.....	11
1. Intérprete certificado	11
2. Intérprete qualificado.....	12
D. Procedimentos para intérpretes certificados e qualificados.....	13
1. Funcionários intérpretes judiciais.....	13
2. Intérpretes contratados/terceirizados	13
3. Procedimentos de reconhecimento e de recertificação	13
4. Necessidades de formação continuada.....	14
5. Suspensão e desqualificação de intérpretes ou funcionários bilíngues.....	15
E. Circunstâncias de urgência.....	15
F. Treinamento.....	16
G. Padrões de tecnologia remota	16
H. Processos interpretados.....	17
I. Formulários e documentos traduzidos.....	17
IV. Divulgação e publicação.....	18
V. Aprovação e avaliação do Plano de LAP	19
APÊNDICE A	21
Portaria 2012-05 do Supremo Tribunal de Rhode Island	21

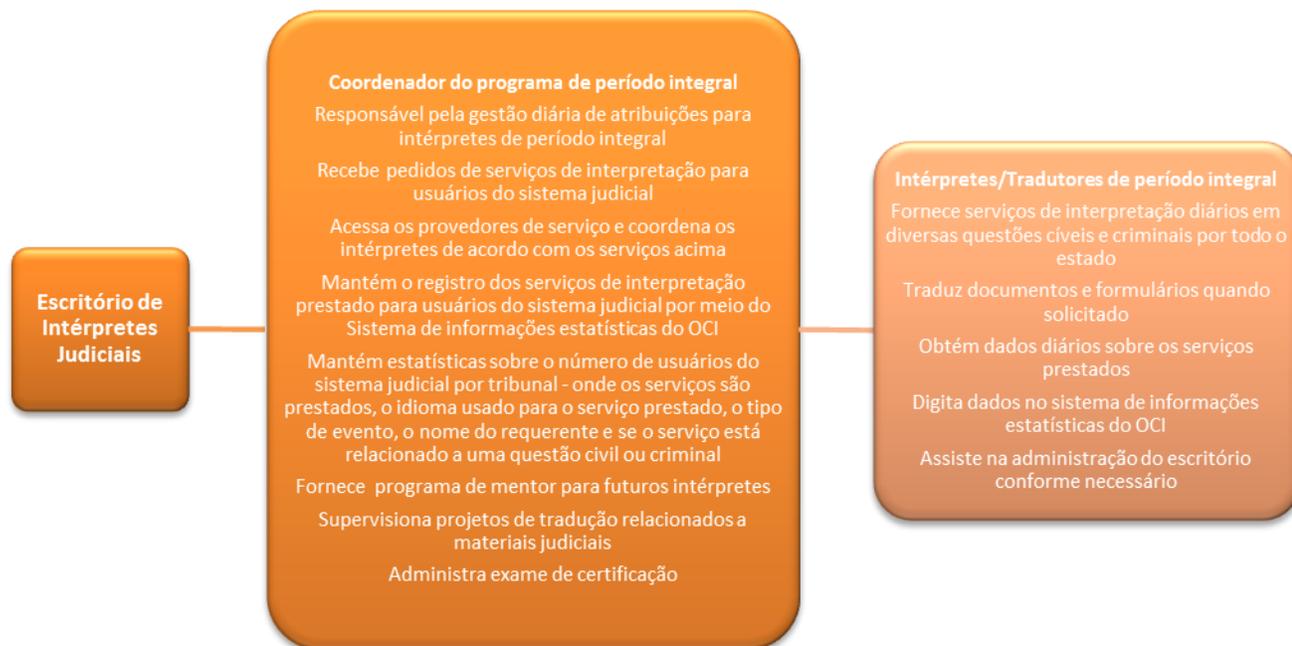
ANEXO B	23
Notificação de Direito à Assistência	23
APÊNDICE C.....	24
Modelo <i>Voir Dire</i> para estabelecer a necessidade de um intérprete	24
Modelo <i>Voir Dire</i> para o estabelecimento de qualificações.....	24
APÊNDICE D	26
Lista dos formulários traduzidos do tribunal	26
APÊNDICE E	29
Formulário de reclamações do Escritório de Intérpretes Judiciais	29

I. Fundamento jurídico e finalidade

Este documento serve como plano para o Poder Judiciário de Rhode Island prestar serviços a indivíduos com proficiência limitada em inglês (LEP-Limited English Proficiency), de acordo com o Decreto 2012-05 do Supremo Tribunal de Rhode Island, intitulado "Serviços Linguísticos nos Tribunais" (cópia em anexo como Apêndice A) e em conformidade com o Título VI da Lei dos Direitos Cíveis de 1964; 28 CFR § 42101 e segs.; e Título 8, Capítulo 19 das Leis Gerais de Rhode Island. O Parágrafo G.1 da Portaria 2012-5 prevê que o Plano "estabelecerá as ações de gestão necessárias para implementar esta Portaria, incluindo as tarefas a serem realizadas, a atribuição de responsabilidades, prazos e processos, e contém disposições que exigem que o AOSC [Escritório Administrativo dos Tribunais Estaduais] envide os melhores esforços para expandir a capacidade dos tribunais de gerar gravações de áudio de processos interpretados e, quando os autos forem gravados, tornar as gravações de áudio de processos interpretados à disposição das pessoas interessadas". O objetivo deste plano é fornecer um quadro estrutural para a prestação de assistência linguística oportuna e equitativa a indivíduos com LEP que entram em contato com o Poder Judiciário de Rhode Island com base na Portaria (EO-Executive Order) e a análise dos quatro (4) fatores dispostos na 67 FR 41455 (18 de junho, 2002). Este Plano de Acessibilidade de Idiomas (LAP) não inclui serviços de intérprete para indivíduos surdos e deficientes auditivos.

A estrutura que rege a gestão de serviços de acessibilidade de idiomas é a seguinte:





II. Avaliação das necessidades

A. Necessidades

De acordo com um recente relatório estatístico elaborado pelo Escritório de Intérpretes Judiciais (OCI) do Poder Judiciário de Rhode Island, aproximadamente 8.000 pessoas foram atendidas em 2012 e os idiomas mais utilizados pelos intérpretes nos tribunais de Rhode Island foram (em ordem decrescente de frequência):

1. Espanhol
2. Português
3. Cabo-verdiano
4. Cambojano
5. Chinês

O Estado de Rhode Island oferece serviços nos tribunais para uma ampla gama de pessoas, incluindo aqueles não falam inglês ou falam inglês com proficiência limitada¹. Os prestadores de serviços incluem o Supremo Tribunal de Rhode Island, Tribunal Superior de

¹ Embora as Leis Gerais de Rhode Island § 8-19-2 definam uma pessoa que não fala inglês como "qualquer pessoa que não pode falar ou entender facilmente o idioma inglês e cuja língua nativa seja o espanhol, português, cabo-verdiano ou cambojano", o Poder Judiciário de Rhode Island presta serviços de idiomas a todos os usuários do tribunal que têm proficiência limitada em inglês, independentemente do seu idioma.

Justiça, Tribunal da Família, Tribunal Distrital, Tribunal de Acidentes do Trabalho e o Tribunal de Trânsito de Rhode Island. A Assembléia Legislativa, nos termos do Título 8, Capítulo 19 das Leis Gerais de Rhode Island, determinou que a maior necessidade de serviços de interpretação se concentra em matéria criminal perante o Tribunal Superior, Tribunal Distrital e em matéria de menores na Vara de Família.

B. Aviso

Pessoas com LEP recebem notificação de serviços de intérprete diariamente, através do nosso site, e diretamente dos funcionários do tribunal. Atualmente, quando uma pessoa com LEP precisa de serviços de interpretação, um membro da equipe do tribunal entra imediatamente em contato com o intérprete contratado diretamente, ou solicita um funcionário ou intérprete terceirizado através do OCI.

A Portaria 2012-05 do Supremo Tribunal de Rhode Island requer que o OCI crie uma notificação por escrito em inglês, espanhol, português e nos demais idiomas para os quais existe uma demanda significativa, conforme determinado pelo AOSC, afirmando que o tribunal irá fornecer um intérprete competente para qualquer parte ou testemunha com proficiência limitada em inglês, sem nenhum custo, explicando o procedimento para solicitar um intérprete e para solicitar uma tradução da notificação em outros idiomas. O AOSC deve fornecer ou exigir que a parte demandante forneça tal notificação a cada réu em um processo. Em matéria civil, a notificação deve ser incorporada ou anexada à petição inicial para ser entregue ao demandado. Em matéria penal, a notificação deve ser incorporada ou anexada aos documentos iniciais dos autos fornecidos ao réu, nos formulários preenchidos por um comissário de fiança e/ou fornecidos pelo órgão jurisdicional ao réu em seu comparecimento inicial perante o tribunal. O edital foi elaborado pela OCI e foi revisado, modificado, traduzido e impresso pela OCI, em consulta com a Comissão de Acessibilidade em Idiomas. *Ver o Apêndice B. A distribuição de avisos deu-se início nos tribunais e escritórios dos escreventes e fornecido a comissários de fiança.* O AOSC solicitou que as autoridades locais de aplicação da lei e outras agências de segurança, as quais emitem intimações ou autos de infração sujeitos ao sistema judiciário do estado de Rhode Island, levem em consideração a inclusão dessas informações sobre a capacidade de obter serviços de interpretação para as suas futuras audiências no tribunal estadual e forneceu a eles os devidos avisos em inglês, espanhol, português e cambojano. O Administrador do Tribunal Estadual, em consulta com a LAC, devem assegurar que os procedimentos sejam concebidos para distribuir a notificação em todos os processos após a implementação do sistema de arquivamento eletrônico e da emenda de qualquer regra judicial aplicável.

No início das sessões do tribunal o oficial de justiça ou funcionários do tribunal, com a ajuda de uma pessoa da equipe bilíngue ou intérprete quando disponível, deve anunciar que um intérprete do tribunal pode ser providenciado para ajudar a parte ou testemunha com proficiência limitada em inglês. Os funcionários do tribunal devem incluir as informações nos autos para consulta futura sobre as necessidades do idioma, o nome da(s) pessoa(s) que necessita(m) de serviços de acessibilidade em idiomas e a função da parte no processo.

As informações sobre a disponibilidade de serviços de interpretação são apresentadas e distribuídas pela OCI nesses locais em cada tribunal estadual e as informações de contato da OCI estão incluídas em todos os diretórios das dependências dos tribunais:

- O site do Poder Judiciário
- O site do Escritório de Intérpretes de Tribunais
- Balcões de informação e quiosques nas entradas principais
- Monitores informativos em corredores e entradas (quando disponíveis)
- Escritórios de atendimento
- Principais corredores em cada andar
- Celas de detenção provisória
- Quadros de avisos
- Bibliotecas jurídicas

Materiais que são publicados e distribuídos incluem a frase "Você tem o direito a um intérprete, sem nenhum custo para você" pelo menos nos quatro idiomas exigidos: inglês, espanhol, português e cambojano.² Os materiais incluem o número de telefone e endereço de e-mail do Escritório de Intérpretes Judiciais e informações de contato para dúvidas e reclamações.

Em todos os pontos de primeiro contato, mais de 120 (cento e vinte) membros da equipe bilíngue do tribunal foram equipados e treinados para usar cartões de identificação de idiomas e fornecer serviços de acessibilidade de idiomas ao público. Esse treinamento será feito a cada três meses por todo o tribunal. A OCI explorou o uso de um menu de voz telefônico em idiomas comuns e traduzirá e gravará o menu telefônico em espanhol, começando com o Tribunal de Trânsito de Rhode Island em Cranston.

C. Dados de idiomas

Para facilitar a utilização eficiente dos intérpretes judiciais, a OCI e o AOSC trabalharão para melhorar a capacidade do tribunal de coletar dados de idiomas no primeiro ponto de contato em todos os processos, gravá-los e utilizá-los. O AOSC contratou um prestador de serviços para implementar um novo sistema de gestão de processos. O AOSC continuará a trabalhar com o prestador de serviços em questões de concepção do sistema e irá analisar as formas, regras e procedimentos atuais para buscar melhorias para facilitar a coleta e modificação de dados de idiomas das partes demandantes, entre outras, e a utilização desses dados para atribuir intérpretes de forma eficiente de forma progressiva conforme cada tribunal seja implementado. O AOSC estima que o primeiro tribunal poderá ser "implementado" por volta de julho de 2014.

² Os avisos não são traduzidos em caboverdiano, pois é um dialeto do português e é basicamente um idioma oral, não escrito.

III. Recursos de Assistência em Idiomas

A. Tipos de Assistência em Idiomas

Existem três (3) tipos diferentes de indivíduos disponíveis para fornecer serviços de idiomas dentro do sistema judiciário do Estado de Rhode Island:

1. Funcionários intérpretes

Os intérpretes são funcionários contratados especificamente para realizar funções de interpretação. O Poder Judiciário de Rhode Island emprega atualmente seis (6) intérpretes de espanhol em tempo integral para assuntos civis e criminais, prestando serviços em todos os quatro condados, bem como dois (2) intérpretes de espanhol em meio período para prestação de serviços no Tribunal de Trânsito de Rhode Island.

2. Funcionários bilíngues

A Portaria define um funcionário bilíngue como: "[u]m funcionário do Tribunal que não seja um intérprete que tenha demonstrado proficiência em inglês e um segundo idioma, de acordo com as normas estabelecidas pelo AOSC, e seja autorizado pelo AOSC a se envolver em operações do tribunal em um idioma diferente do inglês". Assim, os funcionários bilíngues são funcionários designados do Judiciário que executam várias funções de trabalho, mas que também demonstraram uma proficiência em um idioma diferente do inglês. Atualmente, vinte e dois (22) funcionários bilíngues do judiciário fornecem informações e assistência em todos os condados, em 4 (quatro) idiomas, incluindo o espanhol. Funcionário bilíngue:

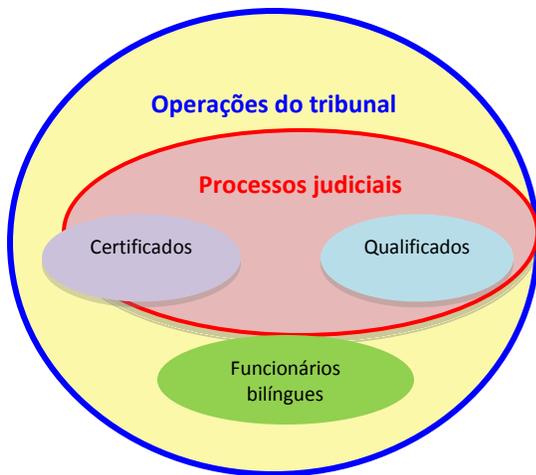
- a. Prestar serviços judiciais diretamente aos usuários do judiciário em outros idiomas, além do inglês.
- b. Somente atuar como um intérprete judicial em um processo se for classificado separadamente como um intérprete certificado ou qualificado.

3. Intérpretes contratados/terceirizados

Há onze (11) fornecedores listados autorizados pelo Estado de Rhode Island para prestação de serviços em todos os idiomas. A OCI manterá uma lista atualizada de intérpretes certificados e qualificados disponíveis em Rhode Island e estados vizinhos.

B. Uso dos Recursos de Assistência em Idiomas

A estrutura dos Recursos de Assistência em Idiomas é a seguinte:



1. Funcionários bilíngues e intérpretes utilizados em operações do tribunal

Operações do tribunal são definidas pela Portaria 2012-05 do Supremo Tribunal como "escritórios, serviços e funções do tribunal, exceto os processos judiciais, que podem ter contato com o público ou qualquer parte, incluindo:

- Escritórios de atendimento e Central de Arquivo dos Autos;
- Programas ou serviços operados, gerenciados ou contratados pelo tribunal para uso obrigatório das partes ou do tribunal;
- O tribunal nomeou profissionais e outros indivíduos, empregados, contratados ou supervisionados pelo tribunal, para ajudar o tribunal ou ordenados pelo tribunal a uma parte em relação a um processo judicial".

Os serviços linguísticos serão fornecidos neste contexto por uma pessoa autorizada da equipe bilíngue ou um intérprete qualificado ou certificado, se e quando disponível.³ Esses membros da equipe do tribunal atualmente abrangem os seguintes idiomas:

Tribunal	Idioma	Funcionários
Tribunal Superior	Português	1
Tribunal Distrital	Espanhol	8
	Cambojano	2
	Polonês	1
Tribunal de Família	Espanhol	5
	Português	1

³ Serviços linguísticos não são necessários para os casos do Programa de Mediação de Apelação do Supremo Tribunal em que todas as partes estão representadas por um advogado; visitação supervisionada de guarda dos filhos e reuniões com advogado/cliente (que não seja com advogado designado pelo tribunal ou um procurador público) que não ocorra nas instala es do tribunal; e qualquer fun o operada, gerenciada, contratada ou supervisionada por um outro departamento de estado, agência ou divisão. Uma atividade fora das instala es do tribunal que esteja relacionada com uma questão judicial mas não constitui uma opera o judicial não exige a provisão dos serviços de idiomas pela Rhode Island Judiciary.

Tribunal Trabalhista	Espanhol	1
Tribunal de Trânsito	Espanhol	3
	Português/Espanhol	1

A OCI é igualmente responsável pela criação e aplicação de normas para a designação de funcionários bilíngues, incluindo a formação de acordo com os termos da Portaria, e os procedimentos para o uso de funcionários bilíngues nas operações do tribunal. As normas e procedimentos abaixo foram elaborados e finalizados após a análise das sugestões da LAC.

A fim de prestar assistência em idiomas nas operações do tribunal, um membro da equipe bilíngue deve ter:

- Um mínimo de 5 (cinco) anos de experiência em interpretação em ambiente jurídico ou
- Concluído com sucesso uma avaliação de proficiência oral da OCI ou um programa credenciado nas áreas de tradução e/ou interpretação; e
- Concluído uma sessão de treinamento realizada pelo OCI; e
- Conhecimento e aderir ao Código de Ética e Responsabilidade Profissional para Intérpretes Judiciais.

2. Intérpretes usados durante processos judiciais

A Portaria obriga o juiz a atribuir um intérprete certificado ou qualificado em todos os processos que envolvem uma parte ou testemunha com LEP. Um *processo judicial* é definido pela Portaria 2012-05 do Supremo Tribunal como "[q]ualquer audiência, julgamento ou outro comparecimento perante qualquer tribunal neste estado em uma ação, recurso ou outro processo, incluindo qualquer matéria conduzida por um oficial do judiciário".⁴

Os intérpretes são atribuídos pelo Coordenador (que também é um intérprete⁵) a cada um dos tribunais. No primeiro dia de cada mês um calendário detalhando a atribuição os números dos pagers dos intérpretes em cada local é distribuído por e-mail e/ou entregue em mãos para cada funcionário e xerife, assim como o bloco de celas e o quadro de substituição. Desde 2005 está em vigor um protocolo escrito, o qual foi distribuído aos administradores judiciais formalizando o processo para entrar em contato com um intérprete. Em setembro de 2009, um memorando detalhado foi distribuído para cada administrador do tribunal reforçando o protocolo para solicitar serviços de intérprete.

⁴ A lei de Rhode Island é mais limitada e prevê que é "política do estado de Rhode Island garantir os direitos das pessoas que, por causa da falta de conhecimentos do inglês, são incapazes de entender ou se comunicar prontamente no idioma inglês e que, conseqüentemente, precisam da ajuda de um intérprete para serem totalmente protegidas em processos judiciais em matéria penal perante o tribunal superior de Rhode Island, o tribunal distrital de Rhode Island e, em matéria de menores, o tribunal da família de Rhode Island".

⁵ A posição de coordenador exige um mínimo de cinco (5) anos de experiência ou uma combinação equivalente de formação e experiência.

O tribunal fornecerá intérpretes certificados contratados para aqueles processos que não possam ser tratados por funcionários intérpretes. Se não houverem intérpretes certificados disponíveis, o tribunal fornecerá um intérprete qualificado de acordo com os pré-requisitos contidos na Portaria 2012-05 e Seção C.2 abaixo. Além disso, os serviços de intérprete são fornecidos sem custo em todos os processos judiciais, incluindo audiências de infração de trânsito, e para os usuários do tribunal que buscam informações judiciais ou se comunicam com o pessoal do tribunal e com os programas.

As pessoas com LEP ou seus representantes deverão contatar o OCI, de preferência 48 horas antes da audiência judicial, a fim de notificar o OCI que será necessário um intérprete. No caso de uma pessoa com LEP ser incapaz de contatar o OCI com antecedência, a equipe do tribunal foi instruída através de um protocolo escrito sobre o processo de obtenção dos serviços de interpretação através do OCI.

a. Determinar a necessidade de um intérprete no tribunal

Existem várias maneiras que os tribunais determinarão se uma pessoa com LEP precisa de um intérprete para uma audiência judicial. Em primeiro lugar, o tribunal desenvolveu procedimentos para exigir que as pessoas que demandam em matéria civil ou criminal notifiquem o tribunal sobre as necessidades linguísticas na petição inicial, e exijam que a notificação para disponibilidade de serviços de idiomas seja fornecida a todos os participantes e aqueles que comparecem nos tribunais judiciais. A OCI criou um sistema de relatórios padronizado que exige que o pessoal do tribunal grave ou relate os dados sobre as necessidades linguísticas das pessoas que eles encontram.

Nos casos restantes, a pessoa com LEP pode solicitar um intérprete entrando em contato com a OCI pessoalmente, via e-mail ou por telefone, informando os funcionários do tribunal no momento da chegada, ou informando seu advogado.⁶

Além disso, funcionários de tribunais e juízes podem determinar que um intérprete é apropriado para uma audiência judicial. Muitas pessoas que precisam de um intérprete talvez não solicitem com antecedência, pois eles não percebem que os intérpretes estão disponíveis, ou porque não reconhecem o nível de proficiência ou as habilidades de comunicação necessárias para entender o processo judicial. Portanto, no início da sessão diária do tribunal, os funcionários do tribunal devem fazer um anúncio de que podem ser tomadas medidas para obter um intérprete para uma parte ou testemunha com LEP. Ou quando se observar que um indivíduo tem dificuldade em se comunicar, o funcionário do tribunal ou o juiz deve tomar providências para ter um intérprete presente de modo a assegurar o pleno acesso aos tribunais. O juiz pode realizar uma *voir dire* para determinar a necessidade de um intérprete de

⁶ O Poder Judiciário de Rhode Island também criou recentemente uma página separada em seu site especificamente relacionada aos serviços de intérprete. Este site foi traduzido para o espanhol, português e russo. Além disso, um folheto intitulado "Seu dia no tribunal", em inglês, espanhol, português, cambojano e russo contém instruções sobre como obter um intérprete judicial para uma audiência futura no tribunal. Estes folhetos estão disponíveis on-line e pessoalmente em cada um dos nossos tribunais.

língua estrangeira. *Veja o Apêndice B.* O pessoal do tribunal deve contatar o OCI o mais breve possível para providenciar que um intérprete esteja presente e deve interromper os procedimentos até que os serviços de intérprete sejam providenciados.

Por último, as agências externas, como o Departamento da Procuradoria Geral, advogados, agentes de liberdade vigiada e condicional, a autoridade policial de detenção, os estabelecimentos prisionais ou autoridades municipais e de recursos de condicional também devem notificar o tribunal estadual, se possível com antecedência, sobre um indivíduo com LEP que precise de um intérprete em uma audiência futura. Como mencionado na Parte II, Seção C acima, o AOSC procurará estabelecer procedimentos para obter dados de idiomas quando as acusações criminais são inicialmente apresentadas ao tribunal.

C. Qualificações do intérprete do tribunal

O Poder Judiciário de Rhode Island utiliza dois níveis de intérpretes autorizados a interpretar no tribunal: certificados e qualificados.

1. Intérprete certificado⁷

De acordo com a Portaria 2012-05 e Leis Gerais de Rhode Island, Título 8, Capítulo 19, quando uma pessoa não fala inglês e é parte em um determinado processo judicial, um intérprete certificado deve ser indicado para auxiliar essa pessoa durante o processo judicial, se houver disponibilidade.

A Portaria 2009-05 do Supremo tribunal, de 5 de maio de 2009, estabelece o padrão para a certificação como uma nota de aprovação em ambas as partes escrita e oral de um dos seguintes testes padronizados: o exame da Associação Nacional de Intérpretes e Tradutores Judiciários (NAJIT) (em espanhol); o exame de Certificação de Intérpretes do Tribunal Federal (em espanhol); ou o exame completo do Centro Nacional para o Consórcio da Justiça Estadual para Intérpretes da Justiça Estadual⁸ (atualmente nos idiomas cantonês, francês, crioulo haitiano, hmong, ilocano, coreano, laosiano, mandarim, polonês, português, russo, somali, espanhol e vietnamita), bem como quaisquer outros idiomas futuramente disponíveis para exame completo oferecido pelo Centro Nacional para o Consórcio da Justiça Estadual para Intérpretes da Justiça Estadual. Intérpretes judiciais certificados também devem aderir ao código de ética e responsabilidade para intérpretes judiciais profissionais.⁹

⁷ O "intérprete certificado" é aquele "que é capaz de interpretar simultaneamente e consecutivamente e traduzir à vista do inglês para o idioma da pessoa que necessita de um intérprete, e do respectivo idioma para o inglês, e que foi certificado...." R.I.G.L. § 8-19-2.

⁸ Este programa foi rebatizado de "Seção de Serviços de Acessibilidade em Idiomas" e agora inclui o tagalog.

⁹ O Código de Ética e Responsabilidade Profissional dos Intérpretes de Rhode Island está disponível no formato de impressão no OCI e no site do OCI.

Os intérpretes certificados passam por um rigoroso processo de testes e satisfazem outras condições exigidas pelo estado de certificação e, como tal, presume-se que atendem aos padrões mínimos necessários para interpretar no tribunal. O OCI estabeleceu procedimentos de certificação e requisitos educacionais contínuos para intérpretes certificados sumarizados abaixo. Além disso, o OCI estará oferecendo o exame de certificação de intérpretes do Centro Nacional de Tribunais Estaduais (NCSC) periodicamente. O Escritório Financeiro do Supremo Tribunal será responsável pelo estabelecimento de um processo para a coleta da taxa do treinamento e do exame de certificação de intérpretes. O Escritório de Intérpretes Judiciais será responsável pela coleta e envio ao Escritório Financeiro do Supremo Tribunal de todos os fundos recebidos em conformidade com essas normas, os quais devem ser guardados e usados para o objetivo de certificação e qualificação de intérpretes.

2. Intérprete qualificado

A autoridade outorgante pode nomear um intérprete qualificado no lugar de um intérprete certificado se um intérprete certificado não estiver disponível após um esforço de boa fé para encontrar um, e se o intérprete qualificado proposto tiver formação, experiência e habilidades adequadas para executar suas funções como intérprete. De acordo com a Portaria 2012-05 do Supremo Tribunal de Rhode Island, o OCI deve atribuir um intérprete certificado para cada processo judicial para o qual seja necessária a nomeação de um intérprete. Se um intérprete certificado não estiver disponível, o Escritório de Intérpretes Judiciais deve atribuir um intérprete qualificado e informar o oficial de justiça quanto aos esforços para obter um intérprete certificado. Além disso, o oficial de justiça é obrigado a efetuar buscas para cumprir os requisitos da Portaria 2012-05 do Supremo Tribunal de Rhode Island, parágrafo C (4)(b), antes de usar um intérprete qualificado, bem como aqueles no § 8-19-3 nos respectivos casos.

Um intérprete qualificado é definido pela Portaria 2012-05 como "um intérprete que não seja um intérprete certificado que aparece na lista de intérpretes autorizados do AOSC mantidos pelo Escritório de Intérpretes Judiciais, ou é encontrado pelo oficial de justiça nos registros e que preenche os requisitos do § 8-19-3 (b)(2) e (c) das Leis gerais de Rhode Island e os requisitos estabelecidos pelo AOSC..."¹⁰: Especificamente, um intérprete qualificado:

- Foi aprovado na parte escrita de um exame oferecido por qualquer das entidades certificadoras reconhecidas, conforme estabelecido na Portaria 2009-05 do Supremo Tribunal de Rhode Island,

¹⁰ O § 8-19-2 das Leis Gerais de Rhode Island define um "intérprete qualificado" como "uma pessoa que, através da experiência e treinamento, é capaz de interpretar um determinado idioma estrangeiro para o inglês, mas que não tem a certificação do estado".

- Conclui uma avaliação de proficiência oral do OCI, incluindo mas não limitado a consideração de uma pontuação de reprovação no exame oral, ou quando não houver exame disponível;
- Concluído uma sessão de treinamento realizada pelo OCI; e
- Conhecimento e aderir ao Código de Ética e Responsabilidade Profissional para Intérpretes Judiciais.

O Poder Judiciário de Rhode Island, através do Escritório de Intérpretes Judiciais, emprega atualmente 6 (seis) membros da equipe em tempo integral, bem como 2 (dois) membros da equipe a meio período, que são ou certificados ou qualificados e que interpretam predominantemente em ambientes judiciais, bem como fornece serviços de interpretação suplementares para outros profissionais nos tribunais diariamente. Os intérpretes são obrigados a ter um diploma de bacharelado de uma faculdade ou universidade reconhecida, além de um mínimo de três (3) anos de experiência em interpretação e tradução em espanhol/inglês, a conclusão de um programa de tradução e judicial bilíngue reconhecido, ou uma combinação equivalente de formação e experiência. Além disso, os intérpretes estão sujeitos ao Código de Ética Estadual, os 12 (doze) pontos do Código de Ética do Judiciário, o Código de Ética e Responsabilidade Profissional para Intérpretes Judiciais do Poder Judiciário de Rhode Island (adotado em agosto de 2009) e são obrigados a prestar o juramento para interpretar com precisão, fidelidade e de forma imparcial.

D. Procedimentos para intérpretes certificados e qualificados.

1. Funcionários intérpretes judiciais

Os funcionários intérpretes judiciais são obrigados a concordar em obedecer:

- ao Código de Ética e Responsabilidade Profissional para Intérpretes Judiciais;
- ao Manual do Escritório de Intérpretes Judiciais (OCI); e
- às Regras e Regulamentos de Pessoal dos Tribunais de Rhode Island e ao Manual do Funcionário

2. Intérpretes contratados/terceirizados

Antes de ser incluído no rol de intérpretes judiciais que têm permissão para interpretar em processos judiciais e operações judiciais no Poder Judiciário de Rhode Island, cada intérprete deve concordar em respeitar:

- O Código de Ética e Responsabilidade Profissional para Intérpretes Judiciais;
- e
- O manual do Escritório de Intérpretes Judiciais (OCI)

3. Procedimentos de reconhecimento e de recertificação

a. A certificação pela Associação Nacional de Intérpretes e Tradutores Judiciários (NAJIT), o Centro Nacional de Tribunais Estaduais, e o Exame de Certificação de Intérpretes do Tribunal Federal são válidos em Rhode Island, independentemente do estado de emissão ou do estado em que o intérprete obteve sua certificação, desde que a nota de aprovação no teste estadual esteja em conformidade com os requisitos de Rhode Island.

b. Os intérpretes que obtiveram a certificação do estado de Rhode Island não serão obrigados a se inscrever para a recertificação a menos que devidamente de acordo com a ação disciplinária em conformidade com a seção D.5..

4. Necessidades de formação continuada

a. É necessária formação continuada para garantir que os intérpretes certificados e qualificados que atuam no sistema judiciário do estado de Rhode Island mantenham e melhorem suas habilidades de interpretação, além de expandir seu vocabulário e conhecimento jurídico. A formação continuada garante que todos os intérpretes estejam em conformidade com o Código de de Ética e Padrões Profissionais de Rhode Island para Intérpretes Judiciais.

b. As horas de crédito da formação continuada devem ser obtidas em atividades participativas estreitamente relacionadas aos campos de interpretação ou tradução ou a aquisição, desenvolvimento ou melhoria do idioma, tais como um curso formal de ensino, conferência, seminário, palestra, webinar, curso on-line e podem incluir cursos oferecidos em instituições credenciadas de ensino superior. Os créditos de formação continuada também podem ser obtidos por meio de programas, conferências e oficinas oferecidas pela Associação Americana dos Advogados (ABA), a Associação Internacional de Intérpretes Médicos (IMIA), a Associação de Tradutores da Nova Inglaterra (NETA), a Associação Americana de Tradutores (ATA), a Associação Nacional de Intérpretes e Tradutores Judiciários (NAJIT) e outras organizações profissionais, juntamente com outros programas educacionais ou de formação, como os oferecidos por outros estados que são membros do Centro Nacional dos Tribunais Estaduais (NCSC). Todos os créditos estão sujeitos à aprovação do OCI.

c. Funcionários e intérpretes contratados deverão acumular um mínimo de 6 (seis) horas de crédito por ano.

1. A equipe certificada e os intérpretes qualificados devem documentar a conclusão das atividades de formação continuada e encaminhar a comprovação para o OCI até o final de cada ano civil, a fim de receber os créditos da formação continuada.

2. Os prestadores de serviços/intérpretes terceirizados serão obrigados a apresentar ao OCI, até 31 de janeiro de cada ano civil, a documentação que contenha os nomes de seus intérpretes terceirizados atribuídos ao Poder Judiciário durante o ano civil anterior, e que tenham cumprido o mínimo anual de seis (6) créditos-hora de exigência de formação continuada.
3. O pessoal bilíngue deve realizar a formação oferecida pelo OCI uma vez a cada dois anos ou obter o equivalente a 6 horas de atividades de formação continuada durante um período de vinte e quatro (24) meses.
5. Suspensão e desqualificação de intérpretes ou funcionários bilíngues.

Um intérprete ou membro da equipe bilíngue pode ser proibido de se envolver na prestação de serviços linguísticos como resultado do descumprimento do Código de Ética e Responsabilidade Profissional para Intérpretes Judiciais, do manual do Escritório de Intérpretes Judiciais e/ou qualquer violação do juramento do intérprete, incapacidade de desempenhar adequadamente os deveres de assistência de intérprete/idiomas, incapacidade de concluir as horas de crédito mínimos de CLE necessários ou qualquer outra conduta que prejudique a prestação de serviços linguísticos eficazes dentro do sistema judiciário do Estado. As sanções podem incluir redesignação, atribuições restritas, suspensão ou desqualificação da lista de intérpretes autorizados, de acordo com as Regras e Regulamentos de Pessoal do Poder Judiciário de Rhode Island, o Acordo Coletivo de Trabalho dos funcionários (se aplicável) e as Regras e Regulamentos de Compras e Termos e Condições Gerais de Compra do Poder Judiciário de Rhode Island.

No caso de uma queixa formal por escrito envolvendo um intérprete, uma cópia da denúncia será encaminhada ao administrador do Tribunal onde o suposto incidente ocorreu e ao Administrador da Justiça Estadual ou seu representante. O OCI terá uma oportunidade para fornecer mais informações e a queixa será analisada e respondida pelo administrador do Tribunal do Estado, ou seu representante, em até 30 (trinta) dias após o recebimento. No caso de uma queixa contra o Coordenador do Escritório de Intérpretes Judiciais, a queixa será tratada pelo Administrador do Tribunal do Estado do Supremo Tribunal ou seu representante.

E. Circunstâncias de urgência

Em circunstâncias urgentes que exijam um idioma raro ou quando a disponibilidade de testes ou padrões pré-determinados não foram cumpridos, os Tribunais também podem ser obrigados a determinar, por outros meios, se o intérprete proposto é qualificado para participar de forma adequada em um processo judicial. Nesses casos, o juiz pode realizar uma *voir dire* do intérprete proposto. Veja o Apêndice C. Para idiomas raros, o único intérprete disponível pessoalmente pode ser alguém sem credenciais de intérprete e com experiência

limitada. Por isso, aumenta a necessidade de investigação pelo juiz por conta da consideração das exigências da Portaria, parágrafo C.4.b.

No caso em que um intérprete certificado ou qualificado não estiver disponível, as pessoas com LEP também podem utilizar quaisquer membros da equipe bilíngue do tribunal (atualmente 22) que sejam capazes de ajudar a garantir a presença de um intérprete. Os funcionários bilíngues não estão autorizados a interpretar em um processo a menos que sejam certificados ou qualificados, portanto sua função se limita a auxiliar o tribunal e a parte na obtenção de um intérprete.

O AOSC, juntamente com o OCI, irá até 31 de dezembro de cada ano, recomendar tais mudanças nas regras judiciais e Portarias, se houver, bem como apoiar a utilização adequada dos intérpretes judiciais devidamente qualificados em processos e operações judiciárias.

F. Treinamento

Com a ajuda do administrador de cada Tribunal, o OCI está fornecendo sessões de formação especializadas e oficinas para juízes e funcionários. Essas oficinas terão foco nas interações específicas de cada tribunal com pessoas com LEP, nas exigências da Portaria e nos procedimentos. A formação irá oferecer métodos para avaliação de necessidades, interação eficiente e formas de maximizar a comunicação mútua, bem como o conhecimento prático sobre como trabalhar de forma eficiente com um intérprete. Como parte da implementação da formação, o OCI desenvolveu um cartão de referência para uso por parte dos juízes e funcionários como um guia de consulta rápida. O OCI estabelecerá igualmente um calendário anual de treinamento para funcionários do tribunal.

O OCI identificou várias datas anualmente comuns em que os juízes estão disponíveis para realizar sessões de treinamento sobre o conteúdo da Portaria, os procedimentos para a contratação de um intérprete e como interagir com os intérpretes de forma eficaz, mas as sessões são limitadas (ou seja, Férias Forenses, dias de conferência dos juízes). O OCI irá trabalhar com os administradores de cada tribunal para buscar uma programação de treinamento adaptada às necessidades e disponibilidade de cada tribunal.

Até 31 de janeiro de 2014 o OCI deve concluir um projeto de manual para uso por intérpretes judiciais. Depois de considerar as informações do LAC, o manual será concluído até 31 de março de 2014.

G. Padrões de tecnologia remota

A alta qualidade da tecnologia de interpretação remota pode permitir que o tribunal aumente a qualidade, a disponibilidade e a eficiência dos intérpretes judiciais, enquanto controla os custos e atrasos. O OCI estabeleceu normas no guia de usuários dos serviços de

intérpretes remotos para juizes e funcionários referentes ao uso do sistema atual de interpretação via telefone, se for o caso, e fará treinamentos periodicamente.

H. Processos interpretados

O AOSC está explorando a implementação gradativa dos autos gravados digitalmente em vários tribunais localizados em todo o estado para processos interpretados e fará uma avaliação da necessidade e praticidade, tendo em vista as limitações orçamentárias, e analisará a política e os procedimentos atuais com relação ao uso das gravações de áudio. O AOSC irá elaborar modificações e adições apropriadas, conforme for necessário para cobrir o armazenamento, recuperação, transcrição, tradução e as taxas de gravações de áudio. O AOSC finalizará todas as possíveis mudanças em políticas e procedimentos até 30 de junho de 2014 e continuará a avaliar a necessidade e a viabilidade da expansão da capacidade do tribunal em gravar autos interpretados anualmente.

I. Formulários e documentos traduzidos

O Poder Judiciário de Rhode Island entende a importância de traduzir com precisão os formulários e documentos para que as pessoas com LEP, provenientes dos grupos que têm demonstrado a maior necessidade, conforme revelado pelos dados coletados pelo OCI e com base em mudanças demográficas, tenham maior acesso aos serviços dos tribunais. O site do Poder Judiciário de Rhode Island contém um site dedicado a informar o público sobre os serviços de intérprete. A página está disponível em inglês, espanhol, português e russo e será atualizada com informações em outros idiomas com base em uma avaliação de necessidade. Além disso, inúmeros formulários judiciais foram traduzidos para o espanhol. *Veja o Apêndice D.*

A lista detalhada desses formulários está disponível no site, além de uma placa de identificação do idioma, o processo de certificação, as perguntas e respostas mais frequentes, o Código de Ética dos Intérpretes e as informações de contato. Os Subcomitê de Formulários do Comitê de Assessoria Permanente do Supremo tribunal sobre Mulheres e Minorias nos Tribunais será responsável pela tradução continuada dos formulários e da sinalização nos idiomas restantes. Os funcionários e membros do Poder Judiciário, tanto do mencionado Comitê quanto do Subcomitê, continuarão a trabalhar com os representantes da comunidade para identificar formulários, sinalizações e folhetos que necessitam de tradução.

O OCI produziu e publicou sinalizações multilingues em cada tribunal, tornando os indivíduos conscientes dos serviços disponíveis de intérprete, e fará a manutenção da sinalização conforme necessário. Todos os tribunais deverão apresentar informações sobre como acessar os serviços de interpretação nos idiomas mais comuns. Toda sinalização eletrônica utilizada atualmente em todas as instalações judiciais também serão atualizadas para incluir outros idiomas além do inglês. Esta sinalização deverá ser traduzida conforme necessário, com base em avaliações contínuas da necessidade e das mudanças na demografia.

O Administrador do Tribunal do Estado desenvolveu um aviso e um formulário de reclamação para qualquer alegação de violação da Portaria 2012-05 e estabeleceu um processo para responder a essas reclamações, conforme exigido pelo Parágrafo I dessa Portaria. O formulário de reclamação foi traduzido para o espanhol e português e será traduzido para outros idiomas com base na necessidade. O AOSC distribuiu o formulário de reclamação e o disponibilizou no site do tribunal, em escritórios de atendimento dos tribunais, no OCI e em outros locais adequados. *Véja o Apêndice E.*

O OCI irá incluir em cada um dos relatórios de acompanhamento exigidos pela Portaria 2012-05, parágrafo H, um relatório sobre o número e a natureza das reclamações recebidas e a disposição de cada uma das reclamações. Pelo menos anualmente, o AOSC irá considerar a necessidade de revisões das políticas, procedimentos ou deste plano para responder ou não às necessidades identificadas durante o processo de reclamação.

IV. Divulgação e publicação

O Poder Judiciário de Rhode Island está empenhado em fornecer oportunidades de divulgação para notificar as pessoas com LEP sobre os serviços disponíveis, bem como a manutenção de elevados padrões de formação ao longo do processo judicial para melhor identificar e comunicar-se com pessoas com LEP, apesar das barreiras linguísticas. O Poder Judiciário continuará a usar os principais meios de comunicação, além de rádio, jornais e televisão em língua estrangeira, bem como aparições em conferências, reuniões profissionais e eventos da comunidade para informar o público sobre a disponibilidade de serviços de interpretação nos tribunais.

O Comitê de Assessoria Permanente do Supremo Tribunal sobre Mulheres e Minorias nos Tribunais foi estabelecido a fim de promover a relação do Tribunal com a comunidade com LEP e assegurar a liderança em novas iniciativas nos tribunais para atender às necessidades de cidadãos com LEP e minoritários. Além disso, o Comitê de Acessibilidade em Idiomas de Rhode Island continuará a contribuir para o processo de implementação, conforme previsto pela Portaria, e avaliar as qualificações e recursos dos serviços de intérprete em conformidade com os ditames do Título 8, Capítulo 19 e da Portaria.

Além disso, o Poder Judiciário de Rhode Island tem patrocinado uma série de seminários de conscientização da diversidade para os funcionários e supervisores da linha de frente na área de treinamento de conscientização da diversidade. Até o momento, cerca de 400 funcionários judiciais participaram nestes seminários. Os juízes também participam de discussões de programas em várias conferências judiciais do Poder Judiciário de Rhode Island para abordar o futuro dos serviços de interpretação, bem como os efeitos das raças e das culturas no sistema judiciário. O Poder Judiciário de Rhode Island continuará seu compromisso com a educação, oferecendo formação aos funcionários do tribunal e atualizações periódicas de instruções escritas sobre serviços disponíveis de intérprete.

Os juízes comparecem continuamente nas rádios locais de língua espanhola para apresentar um programa informativo de esclarecimento onde a comunidade espanhola é convidada a ligar para fazer perguntas sobre o Judiciário. Atualmente, vinte e três (23) juízes de cada um dos tribunais apareceram pelo menos uma vez no programa. A formação em espanhol para conversação também foi oferecida pelo Poder Judiciário, a fim de fornecer aos funcionários um conhecimento básico de palavras e frases em espanhol. Os novos advogados recebem uma orientação para uso de intérpretes em seu curso obrigatório de *Introdução à Prática* realizado duas vezes ao ano. Além disso, os membros da equipe do OCI realizaram várias apresentações na Associação dos Advogados de Rhode Island, que tem ampla audiência dos advogados, juízes e alguns funcionários judiciais, bem como em várias organizações comunitárias, incluindo a Fuerza Laboral e o Instituto Internacional Dorcas de Rhode Island. As oficinas incluíram informações sobre serviços de idiomas oferecidos pelo Poder Judiciário de Rhode Island e a distribuição de materiais em língua estrangeira.

O Centro Tecnológico Judiciário de Rhode Island, em conjunto com o OCI, estabeleceu e implementou um sistema de informações estatísticas em nosso sistema central de gestão de processos. O sistema permite que o OCI rastreie informações sobre os processos em que os serviços linguísticos foram prestados por um intérprete empregado, um intérprete terceirizado obtido através de um prestador de serviços, ou um membro da equipe bilíngue, e que inclui o número de vezes que um intérprete foi utilizado, quando um intérprete certificado, qualificado ou terceirizado foi usado, o idioma solicitado, bem como outras informações.

V. Aprovação e avaliação do Plano de LAP

Anualmente, o OCI, em conjunto com o Escritório Administrativo dos Tribunais Estaduais, irá rever a eficácia do LAP e avaliar possíveis mudanças para melhorar este Plano e as suas políticas e procedimentos. Esta avaliação pode ser feita através do rastreamento do número de intérpretes solicitados por idioma nos tribunais, avaliando as alterações na população de pessoas com LEP, a frequência de encontros com grupos com LEP, bem como a disponibilidade de recursos, incluindo os avanços tecnológicos entre outros. A avaliação pode incluir a identificação de áreas de melhoria e desenvolvimento de qualquer ação corretiva, incluindo o número de pessoas solicitando serviços, a avaliação das necessidades do idioma escrito e oral, a análise para identificar se os membros da equipe entendem adequadamente e implementam as políticas e procedimentos de LEP, e a coleta de opiniões dos usuários dos tribunais, funcionários e comunidades e grupos com LEP no Estado de Rhode Island.

O Poder Judiciário está empenhado em aumentar a acessibilidade em idiomas para todas as pessoas com LEP e continuará a solicitar financiamento para novos intérpretes e outras despesas relacionadas conforme apropriado no orçamento do Judiciário a cada ano fiscal.

O LAP do Poder Judiciário de Rhode Island foi aprovado pelo Escritório Administrativo dos Tribunais Estaduais, em consulta ao Comitê do Supremo Tribunal sobre Acessibilidade em Idiomas e o OCI. Quaisquer revisões do plano serão submetidas ao AOSC para aprovação e depois serão comunicadas aos funcionários do tribunal. Cópias do LAP serão fornecidas mediante pedido e publicados no site do Poder Judiciário em www.courts.ri.gov.

Pessoa de contato para intérpretes:

Susana E. Torres, Coordenador
Escritório de Intérpretes Judiciais
Supremo Tribunal de Rhode Island
250 Benefit Street
Providence, Rhode Island 02903
Telefone (401) 222-8710
storres@courts.ri.gov

J. Joseph Baxter
Administrador do Tribunal Estadual

Data: _____

A data de vigência desse Plano de Acessibilidade de Idiomas é 6 de janeiro de 2014. 1 de abril de 2014.

APÊNDICE A

Portaria 2012-05 do Supremo Tribunal de Rhode Island

ANEXO B

Notificação de Direito à Assistência

APÊNDICE C

Modelo *Voir Dire* para estabelecer a necessidade de um intérprete

- "Como você chegou ao tribunal hoje?"
- "Que tipo de trabalho você faz?"
- "Qual o seu nível de conforto em falar e entender inglês?"
- "Você se sentiria mais confortável com um intérprete?"

Modelo *Voir Dire* para o estabelecimento de qualificações

Os seguintes são exemplos de questões que o tribunal ou o conselho devem perguntar em um questionamento informal, ou *voir dire*, para determinar se um intérprete não certificado que foi proposto é qualificado para participar de um processo judicial.

- Você tem alguma formação ou credenciais como intérprete?
- Se positivo, quem foi a autoridade concedente que patrocinou o treinamento?
- Qual é o seu idioma nativo?
- Como você aprendeu inglês?
- Como você aprendeu [língua estrangeira]?
- Qual foi o mais alto grau que você concluiu na escola?
- Você já passou algum tempo no país estrangeiro?
- Você estudou formalmente o idioma em escola? Por quanto tempo?
- Quantas vezes você já interpretou em um tribunal?
- Como você se familiarizou com a terminologia jurídica?
- Você já interpretou para este tipo de público ou julgamento? Quantas vezes?
- Você está familiarizado com o Código de Responsabilidade Profissional para Intérpretes Judiciais? Explique alguns de seus principais pontos (por exemplo, precisão, interpretar tudo o que foi dito, imparcialidade, sem conflitos de interesse).
- Você é uma possível testemunha neste caso?
- Você sabe ou trabalha para qualquer uma das partes?
- Você tem outros possíveis conflitos de interesses em relação a este caso?
- Você já teve a oportunidade de falar com a pessoa que não é proficiente em inglês antes desse processo? Houve algum problema de comunicação em particular?
- Você está familiarizado com as peculiaridades de dialeto ou idiomáticas das partes ou testemunhas?
- Você é capaz de interpretar simultaneamente sem deixar de fora ou mudar algo que foi dito?
- Você é capaz de interpretar consecutivamente?

c. Questões sobre conduta ética para o intérprete

- Você entende que, enquanto servir em uma condição oficial, todas as informações ditas ou reveladas a você, ou trocadas em sua presença, por qualquer das partes, devem ser mantidas em sigilo?
- Você entende que não pode dar nenhum conselho a ninguém, jurídico ou não, nem interpor qualquer opinião própria, seja ela solicitada ou não por qualquer pessoa envolvida no caso?

Depois de realizar o *voir dire*, o tribunal pode determinar se o conselho está satisfeito com as qualificações do intérprete, perguntando: "Você está satisfeito com a qualificação do intérprete?" O registro deve refletir a aceitação do intérprete e de suas qualificações pelas partes. O seguinte é uma declaração exemplo para ser lida nos autos:

O tribunal considera que o intérprete é um intérprete judiciário qualificado, que o [réu][testemunha] indicou e o intérprete declarou que ele/ela é capaz de entender e se comunicar com o [réu][testemunha]. Sendo assim, vou nomear [Sr.][Sra.] _____ como intérprete nesta matéria.

APÊNDICE D

Lista dos formulários traduzidos do tribunal

Todos os tribunais:

- Notificação de Direito à Assistência
- Assinaturas: Solicitação de um intérprete

Supremo tribunal, Assistência Comunitária e Escritório de Relações Públicas:

- Cartaz do CASA

Tribunais Superior, de Família e Distritais:

- Formulário de fiança e reconhecimento (formulário universal para os Tribunais Superior, Distritais e de Família)

Tribunais Superior e de Família:

- Acordo de sentença deferida

Tribunal Superior:

- Petição do réu para renunciar ao Formulário de acusação/informações
- Formulário de renúncia de apelação do Tribunal Superior
- Formulário de obrigação financeira
- Depoimento de apoio à moção para expurgar formulários (contravenção e crime)
- Moção para expurgar/arquivar os autos
- Dispensa de extradição
- Moção/Atestado de pobreza
- Assinatura: Traje apropriado no tribunal
- Várias sinalizações para os usuários diretos do tribunal
- Regras de conduta profissional

Tribunal Superior de Justiça, Tribunal de Entorpecentes para Adultos:

- Memorando de entendimento
- Renúncia de direitos constitucionais
- Contrato
- Divulgação de informações confidenciais
- Aviso importante
- Pesquisa de pré-graduação
- Folheto do Tribunal de Entorpecentes para Adultos
- Formulário de encaminhamento do RI do Tribunal para Adultos

Tribunal de Família:

- Formulário de Pedido de Admissão de elementos suficientes ou
- Reentrada de admissão no tribunal
- Encaminhamento para Serviços Jurídicos de RI
- Escritório de Apoio à Criança - Aviso de pagamento
- Carta do Escritório de Correção Juvenil (RITSY/YAC)
- Tribunal de Evasão Escolar "Sam's School"
- Avaliação de encaminhamentos do tribunal (Tribunal de Família de Entorpecentes)
- Programa SCORE (3), Parceiro de projeto
- Código de vestuário de acompanhante
- Contrato de Participação em Estudo de Pesquisa (3 versões)
- Todos os pais demandando junto ao Tribunal de Família
- Programas oferecidos pelo Tribunal de Família
- Formação para pais divorciados
- Orientações até o Presídio feminino
- Orientações até a Escola de formação de RI
- Formulários de consentimento (3) para Acordo de Participação em Estudo de Pesquisa de HIV e Adolescentes em RIFC
- Questionário de Admissão em Clínica de Saúde Mental
- Folheto do Programa Score
- Folheto do Key Program Inc.
- Folheto do parceiro de projeto
- Pesquisa de clientes FC-19
- Horário supervisionado de assistência dos pais FC-20: Política de entorpecentes e álcool
- Horário supervisionado de assistência dos pais FC-21: Recebimento de Políticas e Procedimentos
- Programa de Horário supervisionado de assistência dos pais: Folheto de Políticas e Procedimentos

Tribunal Distrital:

- Formulário de renúncia de apelação
- Formulário de dispensa de extradição
- Aviso importante
- 8 avisos de notificação (Unidade de serviços pré-julgamento)
- Pedido de ausência de contato
- Informações sobre exigência de fiança - PTS
- Autorização para Divulgação de Informações - PTS

Tribunal Trabalhista

- Programa de prontidão para o trabalho

- Programa "Ticket to Work"

RITT:

- Folha de instruções de pagamento
- Procedimento de moção
- Procedimento de apelação
- Aviso para todos os motoristas
- Procedimento de pagamento com cartão de crédito
- Assinatura do pagamento
- Formulário "Conheça os seus direitos"

Departamentos do Xerife e de Polícia do Capitólio:

- Divisão Civil do Xerife do Estado de RI - Ficha de informações
- Aviso
- Assinatura para a Polícia do Capitólio
- Anúncio da Polícia do Capitólio

Liberdade vigiada e condicional:

- Notificação de Status de Supervisão (Processos do Tribunal Superior)
- Notificação final para relatar

Diversos:

- Prospecto informativo: *Seu dia no tribunal* (original e revisões)
- Símbolo dos dois tribunais
- Símbolo de proibição de uso de telefone
- Símbolo de protocolo de vestuário no tribunal
- Símbolo do escritório de condicional
- Orientações até o Escritório do DNA
- Vários símbolos relacionados ao ADA
- Símbolo de proibição de bebidas
- Formulário de reclamações do Escritório de Intérpretes Judiciais

APÊNDICE E

Formulário de reclamações do Escritório de Intérpretes Judiciais